

O LUGAR DO TURISMO NA ARENA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 EM JUIZ DE FORA

Rafael Marcos da Silva Lima ¹

Orientador:
André Daibert ²

Co-autores:
Raphael G. Rompinelli ³
Thaís Cerqueira ⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal fazer um estudo comparado dos programas de governo dos candidatos ao cargo de chefe do poder executivo municipal de Juiz de Fora, com o foco voltado ao setor do turismo. Construímos o mesmo de modo a ressaltar a maneira que os candidatos propõem o desenvolvimento do setor de turismo, ou através de políticas públicas ou por meio da participação do setor privado ou ainda a não proposição de nenhuma forma de trabalho, relegando o turismo a uma subárea de trabalho, sendo esta afetada de maneira indireta por outras proposições. A análise a ser desenvolvida é uma pesquisa documental. Desenvolvemos três modelos complementares de análise, em que cada candidato fique disposto nestes modelos de acordo com suas propostas no que toca o setor do turismo. Desta forma esperamos que este trabalho estudo possa contribuir para a continuidade de pesquisas sobre a atuação do setor público do turismo na cidade de Juiz de Fora, bem como para o fortalecimento da atividade turística no município.

Palavras Chave: Políticas Públicas em Turismo; Planos de Governo; Modelos de Análise.

¹ Bacharel em Ciências Humanas e Graduando em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é bolsista do GET Turismo (Grupo de Educação Tutorial) desde janeiro de 2015. E-mail: rafael.lima@ich.ufjf.br

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e tutor do GET Turismo (Grupo de Educação Tutorial). E-mail: abddaibert@yahoo.com.br

³ Bacharel em Ciências Humanas, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Especialista em Ciências da Religião, Mestrando em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atuou como bolsista no GET Turismo (Grupo de Educação Tutorial) entre agosto de 2016 e fevereiro de 2018. E-mail: raphaelrompinelli@yahoo.com.br

⁴ Bacharel em Ciências Humanas e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atuou como bolsista no GET Turismo (Grupo de Educação Tutorial) entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017. E-mail: thaiscerqueira05@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas só se tornam objeto de estudo político a partir da década de 50 e não possuem uma definição única e mais correta (PIMENTEL, 2014). Elas podem ser consideradas como o conjunto de atividades de um governo. À vista disso os estudos sobre políticas públicas de turismo são ainda mais recentes e escassos no Brasil, com maior expansão a partir do início do século XXI, entretanto o turismo não é uma pauta prioritária das políticas públicas nos três níveis de governo conforme afirma Beni (2006).

Segundo a Organização Mundial de Turismo (2001), o turismo se configura como uma das principais atividades geradoras de emprego e renda na economia mundial. O Turismo, de acordo com Montejano (2001), é uma atividade humana fundamentada em disciplinas relacionadas com as ciências sociais e humanas, interligado diretamente com o tempo livre e com a cultura do lazer. Na visão de Hermann Von Schattenhofen (apud MOESCH, 2002, p. 10), o turismo “compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. Hall (2001) afirma que a partir da Segunda Guerra Mundial o turismo passou a ser uma atividade planejada e que desde então as práticas e processos de gestão do turismo transformaram-se progressivamente. Uma das mudanças é a atuação do poder público no planejamento e desenvolvimento do turismo.

A partir de meados do século XX a atividade turística emerge como tema relevante nas agendas pública de diversos países, entre eles, o Brasil. Porém, tal temática ficou à margem das decisões governamentais por diversas vezes. E mesmo com tal dificuldade, a temática turística cresce em importância, principalmente a partir dos anos 1990 e mais ainda após a criação do MTUR (Ministério do Turismo) a partir do ano de 2003.

Com a criação do Plano Nacional de Municipalização do turismo, em 1992, assume-se uma postura de descentralização político-administrativo da atividade turística, conferindo maior poder de decisão aos governos municipais. Desta forma o desenvolvimento do setor passa a ser de responsabilidade local. Após a criação do ministério do Turismo, institui-se o Programa de Regionalização do Turismo e adota-se uma postura de desenvolvimento regional do turismo. Apesar das mudanças na estrutura política do turismo no país, existe uma grande carência com as políticas públicas que permeiam o setor, principalmente nos

municípios brasileiros. Entre eles está a cidade de Juiz de Fora.

Juiz de Fora apresenta números relevantes sobre a contribuição do turismo na economia local. Segundo dados do Observatório do Turismo de Minas Gerais, em 2014 o setor empregava cerca de 18.305 pessoas, com renda média nominal de R\$1 154,37. Apesar de estar inserida no Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais e ser classificada como um destino indutor, porém ainda são tímidas as ações governamentais no que tange o incentivo a atividade turística na cidade. Nas últimas administrações municipais, o turismo não se apresentou como uma pauta relevante na agenda de “desenvolvimento econômico” municipal, e isso fica claro, por exemplo, quando observamos a enxuta estrutura burocrática voltada para o setor do turismo junto a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).

Em vista disso, a presente pesquisa pretende analisar como o turismo aparece (e se aparece) como tema relevante nos planos de governo dos candidatos ao cargo de prefeito da cidade nas últimas eleições municipais, disputadas no ano de 2016, buscando responder a seguinte questão: qual é o lugar do turismo nos debates políticos das eleições municipais?

A fim de tentar responder tal questionamento, o presente artigo tem como objetivo principal fazer um estudo comparado dos planos de governo disponibilizados no site TSE (Tribunal Superior Eleitoral⁵) dos candidatos ao cargo de chefe do poder executivo municipal de Juiz de Fora, no que toca principalmente à atenção dada ao setor do turismo. Trabalharemos de modo a ressaltar a maneira que os candidatos propõe o desenvolvimento do setor de turismo, ou através de políticas públicas ou por meio da participação do setor privado ou ainda a não proposição de nenhuma forma de trabalho, relegando o turismo a uma subárea de trabalho, sendo esta afetada de maneira indireta por outras proposições.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A análise a ser desenvolvida é uma pesquisa documental. Utilizaremos os

⁵ Vale ressaltar que a divulgação dos Planos de Governo no site do TSE é uma nova exigência instituída pela lei 13.165 de 29 de setembro de 2015 pelos candidatos ao cargo do poder executivo nas diferentes esferas que devem apresentá-los como pré-requisito de suas candidaturas. Vale ressaltar que os candidatos apresentaram novas versões de seus “Planos de Governo” durante diferentes momentos das eleições, mas optamos por analisar os Planos postados no site do TSE por duas razões: 1) entender o posicionamento dos candidatos antes mesmo da corrida eleitoral se iniciar oficialmente; 2) possuir um instrumento metodológico mais factível de comparação, visto que ambos os planos foram publicados concomitantemente.

planos de governo dos candidatos ao cargo de prefeito na cidade de Juiz de Fora, como fonte a ser explorada a partir de uma perspectiva teórica em que colocaremos como plano de fundo, três modelos analíticos a partir destes, faremos a disposição dos candidatos, como suas propostas se encaixam dentro desta forma de interpretação.

Propomos estes modelos, para que os mesmos funcionem como uma base de apoio e uma leitura possível das propostas feitas pelos candidatos no que toca principalmente as ênfases dadas ao setor do turismo e desta maneira perceber como os planos ficam dispersos de acordo com a afinidade específica de cada modelo.

Para isso, construímos um modelo de trabalho que se aproxima do conceito desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber (1864 - 1920) denominado de tipo ideal. Um artifício metodológico que pode ser elaborado no intuito de construir através de um constructo teórico que possui, dentre as finalidades, a possibilidade de enfatizar determinados aspectos que o pesquisador deseja estudar de determinado fenômeno e conforme salienta:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p. 106).

Tal modo de análise contribui para o nosso artigo, na medida em que podemos elaborar os modelos “puros” e assim melhor compreender como a filosofia partidária, o posicionamento do próprio candidato e o que por eles são propostos nos planos de governo disponíveis, podem ser coerentes com a realidade juiz-forana.

Esta, é uma possibilidade de tentar compreender de que maneira as políticas de governos pelos candidatos dispostos na plataforma do TSE (tribunal superior eleitoral), poderiam alimentar: ora o setor público, ora o setor privado, como também de levar em consideração o fato do turismo na cidade ser ou não um ponto chave para o possível chefe do executivo municipal.

MODELO 1: o turismo é dado como uma instância a parte da esfera privada, existe uma interferência mínima ou nula da instância municipal e do poder

público. Nesta perspectiva o turismo é enxergado como sendo um campo ser desenvolvido e explorado pelo setor privado. A partir das regulações do mercado e das empresas e instituições particulares.

MODELO 2: o turismo é trabalhado através de programas e projetos públicos municipais que contemplem a apropriação de setores relativos ao turismo pela população de forma geral. Assim sendo, esse campo é enxergado como um mecanismo próprio e coerente que deve ser construído a partir de políticas públicas municipais, sendo regulado e mantido por secretarias e pastas específicas, o que proporciona uma relação entre o âmbito público e o setor do turismo de modo mais estreito e interligado.

MODELO 3: esta terceira via se dá de modo a evitar a ambiguidade provocada pela dicotomia dos dois modelos e se coloca de modo a contradizê-los. Propomos aqui um modelo em que o setor do turismo sequer é mencionado, como uma proposta que não seja prioritária dentro dos planos, sendo assim, o campo do turismo não é algo que deva ser relegado à esfera privada, como também não é uma possibilidade ao setor público. Desta forma, este setor seria contemplado de maneira secundária, sendo afetado de modo indireto através de programas que tenham como foco outros setores como mobilidade urbana, acesso ao patrimônio público, desenvolvimento cultural entre outros.

A partir deste ponto discutiremos de maneira a encaixar os candidatos em setores que ora se aproximam da primeira esfera, ora se aproximam da segunda, ou de nenhuma das duas. Entendemos que nenhum candidato se coloca exatamente dentro destas esferas, isso fica claro devido à querela de propostas, como também a falta delas no que se refere ao turismo propriamente dito. Em outro ponto notamos que os candidatos ao se aderirem a um partido e, por conseguinte a uma coligação, já estão aderindo a uma corrente ideológica partidária que de maneira geral lhes representam e para dela são representantes.

3. PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS

3.1 BRUNO SIQUEIRA - PMDB

O candidato Bruno Siqueira era o atual prefeito de Juiz de Fora e concorria a reeleição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na coligação “Pro Futuro e Agora”. No plano de governo do candidato são perceptíveis projetos que possuem proximidades com as duas linhas ideológicas nas quais se baseia esta análise. Ao apresentar propostas de Valorização,

proteção, manutenção de patrimônios culturais bem como o acesso às atividades de esporte e lazer pela população, constata-se uma postura de atribuição de maior responsabilidade a esfera pública, que segundo o documento divulgado site do Tribunal Superior Eleitoral, tem o dever de disponibilizar meios para que esse direito possa ser exercido pela comunidade do município.

É importante ressaltar que no plano de governo o turismo não é apresentado por meio de propostas diretas, e sim indiretas elencadas dentro de outras dimensões, como de Cultura, Esporte e Lazer, Meio ambiente / Desenvolvimento Urbano / Mobilidade e em Desenvolvimento econômico e Inovação. Nesta última citada apresentam-se propostas mais efetivas, visto que o então departamento responsável pelo turismo na Prefeitura de Juiz de Fora pertencia a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – SEDETTUR. Nesta dimensão identificam-se propostas de ação de investimentos articuladas com o setor privado, seguindo a linha ideológica que concebe o turismo como uma prática ativa e movimentada pelo mesmo. Esta perspectiva é observada através de propostas apresentadas no plano como: *“Atrair investidores que explorem o potencial turístico do município, com o objetivo de proporcionar maior desenvolvimento econômico da cidade”* (p. 7).

Neste plano de governo o candidato não menciona a elaboração do Plano Municipal de Turismo, uma de suas ações que teve início na sua primeira gestão. As propostas para o turismo são poucas e consideram somente as necessidades mais gerais, sem apresentar uma proposta de ação clara para o desenvolvimento do setor no município.

No dia 17 de setembro de 2016, o candidato e seu vice lançaram um novo plano de governo com metas e diretrizes para o segundo mandato, caso seja reeleito.

A perspectiva observada através da leitura do plano de ação do candidato é de que, apesar de apresentar ações articuladas com o setor privado, pode-se inferir que se confere ao setor público a maior parte da responsabilidade da atuação de práticas voltadas para turismo, aproximando-se do modelo 2 de análise desta pesquisa.

3.2 LAFAYETTE ANDRADA - PSD

Outro candidato que se encaixa nessa esfera de turismo privado, é Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, ou popularmente conhecido como Lafayette Andrada. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutorando em Direito pela Universidad Nacional de Lomas de Zamora (Argentina), Lafayette

disputou o cargo de prefeito de Juiz de Fora pelo Partido Social Democrata (PSD). Suas diretrizes de plano de governo, 2017-2020, se subdividindo em 13 vertentes - gestão responsável e integrada; sustentabilidade; saúde; educação; cidadania; acessibilidade assistência e inclusão social; segurança; mobilidade e urbanismo; desenvolvimento econômico; inovação tecnológica; cultura, turismo e esporte; zona rural; CEASA; e animais em situação de risco. Das 13 diretrizes apresentadas 8 possuem ações diretas e indiretas, ou que possam intervir, relacionadas ao Turismo no município de Juiz de Fora.

Dentre os principais pontos, o candidato comprometeu a realizar a atualização do inventário do acervo cultural de Juiz de Fora; a recuperação de equipamentos de cultura que estejam em más condições; garantia de viabilidade de execução da Lei Murilo Mendes de incentivo à cultura; elaboração de um Plano Municipal de Cultura; criação da Agência Municipal de Turismo com o objetivo de fomentar o turismo em Juiz de Fora de modo integrado com eventos culturais, de negócios e esportivos; ampliação do fluxo de turismo de negócios, mantendo a competitividade da cidade; incrementar o fluxo de turismo de lazer, elaborar roteiros turísticos em conjunto com o mercado beneficiário e estabelecer parcerias para ampla divulgação; realização de manutenção e sinalização dos principais pontos turísticos; incentivar e facilitar a realização de eventos culturais, de turismo e esportivos de pequeno, médio e grande porte em Juiz de Fora; elaboração de um calendário de eventos culturais, esportivos e de turismo de Juiz de Fora possibilitando o planejamento e organização destes eventos em curto, médio e longo prazo.

Também informa que pretende realizar a instalação de centros de cidadania que oferecem atividades lúdicas, culturais e esportivas para jovens de regiões com maior vulnerabilidade e que apresentam alto índice de violência. Revitalizar a Região da Praça da Estação, entre outras regiões, em conjunto com iniciativas privadas visando a restauração e conservação dos prédios e monumentos históricos; a criação de um polo de atrações turísticas, gastronômicas e culturais; a revitalização da região central com o intuito de resgatar o seu valor cultural e histórico; a criação de um novo Plano Diretor para o centro de Juiz de Fora e para os principais centros de bairros correlacionado ao trânsito; a manutenção contínua de pavimentos, calçadas, praças, jardins e equipamentos urbanos objetivando a melhoria da acessibilidade e o estabelecimento de parcerias com a comunidade para a manutenção e revitalização de praças partindo da premissa de que todos os bairros possuam seus espaços públicos de lazer

Ao observar as diretrizes de plano de governo do candidato Lafayette Andrada, torna-se notória a percepção nas suas linhas de ações a abordagem da temática do Turismo, de modo direto e indireto, como possível forma de integração, desenvolvimento, planejamento e organização. A todo o momento durante sua campanha, o candidato fez questão de enfatizar que o turismo na cidade seria uma importante veia de comunicação entre a geração de empregos e o desenvolvimento da atividade turística para a cidade. Entende-se que o candidato trabalha por um viés de economia liberal, sem qualquer participação estatal ou de órgãos regulatórios. O candidato acredita que é necessário vender o que a cidade oferece para atrair turistas durante o ano, e assim movimentar a economia local.

3.3 MARGARIDA SALOMÃO – PT

Um destes candidatos é Margarida Salomão, candidata do Partido dos Trabalhadores ao cargo de prefeita de Juiz de Fora. Dentre suas propostas, nota-se pouca ênfase dada ao setor de turismo diretamente. Este ainda é tratado como um subtema ou não como uma instituição primária, que poderia ser contemplado, dentro das propostas da candidata, através de políticas que inicialmente se referem aos setores de mobilidade urbana, desenvolvimento, cultura e acessibilidade.

Diretamente o turismo, representado em seu plano de governo, somente através do segmento de eventos, é colocado como um instrumento de uso da cidade pela população em geral. Margarida Salomão, dentro de suas variadas perspectivas de governo, propõe uma em específico que está ligada a este setor turístico, denominada de: “Desenvolvimento para todos”, ela propõe uma “Juiz de Fora que retome o caminho do desenvolvimento”, como polo atrativo para a região da Zona da Mata mineira. Segundo sua proposta os governos anteriores investiram em: “buscar o desenvolvimento exclusivamente através da atração de grandes investimentos. Em geral, ela tem fôlego curto, quando não se articula às atividades e potencialidades locais” (p. 6). O que proporcionou um fôlego inicial de desenvolvimento, mas que não se sustentou por longo período, a partir disso a candidata pensa em uma estratégia que contempla e promove as indústrias e o comércio local, principalmente os setores de logística e de turismo de eventos:

[...] a política de desenvolvimento para todos deve explorar ao máximo as possibilidades de conversão de Juiz de Fora à condição de centro estratégico

na área de logística e turismo de eventos, derivada de sua localização especial e do peso significativo do setor de serviços no município. Por fim, deve ampliar seu alcance, de modo a favorecer a dinamização das atividades da economia solidária e das micro, pequenas e médias empresas (TSE, 2016).

Todavia, gostaríamos de salientar aqui mais um ponto que pode ser contemplado dentro de nossa análise. Outro ponto que está ligado ao setor de mobilidade urbana e de acessibilidade existe uma proposta que nos chama atenção, o “direito à cidade” que através de uma medida simples, mas não menos importante, a candidata propõe a igual acessibilidade aos bens públicos a todos: “trata-se de criar os meios para que a população possa acessar, de modo igualitário, todos os bens públicos oferecidos pelo município”.

A partir destes pontos gostaríamos de fazer um pequeno exercício de reflexão para pensarmos como ficaria disposta a proposta desta candidata perante as esferas de poder que construímos. Se de um lado a candidata ressalta que o setor turístico de eventos deve ser fomentado através de políticas desenvolvimentistas que contemplem as micro e pequenas empresas, uma aliança com o setor privado. Por outro ela propõe uma rede acessibilidade aos bens públicos como uma forma de direito a cidade; a apropriação dos bens pela própria população civil.

Enquadrar as propostas de Margarida em uma esfera específica é um erro, já que como foi demonstrada acima ela possui duas concepções diferentes ao que tange o turismo e ao acesso a bens públicos. Contudo, dado um panorama horizontal em que de um lado temos a esfera que é representante do âmbito público e no outro o turismo com sendo uma instituição que deveria ser oferecida ao setor público, tendo a encaixar este plano de governo mais próximo ao que tange ao setor privado. Primeiro devido ao forte apelo que é proposto ao turismo de eventos sendo uma instância que deve ser fomentada para o desenvolvimento do setor urbano e depois pela aliança as empresas. Por outro lado é a falta de um projeto que construa a acessibilidade aos setores de turismo com sendo um bem público e de primeira ordem no plano municipal de Juiz de fora.

3.4 MARIA ÂNGELA - PSOL

Através de uma proposta de governo que se assemelha bastante a um manifesto partidário, a candidata Maria Ângela representante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), dialoga com um projeto bem aberto, no intuito de modificar o sistema capitalista vigente, por um caminho a ser traçado pelos trabalhadores

que dá maior ênfase e maior participação destes no governo municipal de Juiz de Fora. Esta forma de participação se daria por meio de associações comuns denominadas de Conselhos municipais.

Desenvolvendo este projeto em grandes blocos: Economia e Planejamento, Direitos Humanos e Combate às Opressões, Cultura e Educação. A proposta toca diretamente no setor do turismo uma única vez, dentro de um dos blocos que está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico da cidade.

Neste bloco específico: Economia e Planejamento, o turismo é colocado como último ponto a ser tocado e diretamente ligado à recuperação do patrimônio histórico. Todavia o plano de governo apresentado toca nos segmentos turísticos culturais e ecológicos, como forma possível a ser desenvolvida visando o aproveitamento e obtenção de renda para o município através de políticas públicas a serem desenvolvidas pela possível gestão da candidata.

Conforme argumentado acima, este plano se assemelha a uma carta manifesto, não contemplando o setor do turismo como um dos principais segmentos de contemplação de sua candidata. Contudo temos que ressaltar que é pensado em um desenvolvimento ou criação de políticas que incentivem o turismo. O modo como essas políticas se constituíram, a quem contemplariam se seria desenvolvida pela esfera pública ou privada, isso não é ressaltado.

Em um primeiro exame, tenderíamos a colocar o plano da candidata Maria Ângela, mais próximo à esfera pública, devido a grande ênfase que seus projetos dão ao fato da construção do poder popular, do empoderamento e da maior e mais efetiva participação da população trabalhadora e a comunidade juiz-forana, isso segundo sua proposta seria um aprimoramento e instituir a democracia participativa direta. Todavia, aproximamos esta candidata ao terceiro modelo, apesar de sua ênfase se dar sob a soberania popular e uma forma de democracia mais participativa, suas propostas mal tocam no setor do turismo, sendo este relegado a outras áreas, ou sendo tratado de modo vago sem qualquer ênfase dada a suas possibilidades.

3.5 NORALDINO – PSC

Dando continuidade à análise dos candidatos para encaixá-los em uma esfera de poder no que se refere ao dimensionamento turístico e suas aplicações em Juiz de Fora, temos o candidato Noraldino Lúcio Dias Júnior, que concorreu à prefeitura de Juiz de Fora pelo Partido Social Cristão (PSC). Graduado em Turismo pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), com pós-

graduação em Gestão Ambiental em Problemas Urbanos pela Faculdade Estácio de Sá, Noraldino se coloca em posição privilegiada, por ter atuado em áreas relevantes como a de segurança pública e meio ambiente, integrando diversas secretarias e comitês municipais e estaduais.

Tendo em vista sua formação acadêmica e política, o candidato elabora um plano de governo voltado para o eixo de Turismo no eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Emprego e Renda. Dentro deste eixo, afirma que Juiz de Fora precisa consolidar-se como uma cidade empreendedora para que haja geração de emprego. Para isso, propõe à “implementação da Casa do Empreendedor, a consolidação e a aplicação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a melhoria do ambiente de negócios para o pequeno e médio empreendedor e ações para estruturar o comércio popular” (p.05). Ressalta também a importância de articular com os municípios da região, Estado e União melhorias na infraestrutura rodoviária, ferroviária e aérea. Em especial, descreve que pretende consolidar o modal aéreo do Aeroporto Itamar Franco e definir um modelo de negócios para o Aeroporto da Serrinha.

O tema específico de turismo é descrito como um indutor de desenvolvimento. Como forma de aprimorá-lo, sugere a elaboração de um Plano Municipal de Turismo e uma política de Incentivo a Projetos Turísticos. Além disso, a criação de um Plano de Marketing Turístico e criação da Rede de Turismo Regional no intuito de promover a regionalização do turismo, em parceria com o Circuito Caminho Novo. Menciona também a necessidade de melhorar a sinalização turística do município e do seu entorno. No que tange a eventos, compreende que a cidade carece de um espaço adequado para os mesmos, como feiras. Nesse sentido, aponta que é possível implantar a Casa do Turista, mas não descreve como ela funcionaria.

É importante ressaltar, que mesmo possuindo formação e atuação em importantes áreas de políticas públicas, o candidato pouco trabalhou essas propostas em campanha, tampouco quais parcerias iria realizar para implementação das propostas. Contudo, levando em consideração o proposto neste artigo, o candidato se encaixa numa esfera onde o turismo é considerado um produto para geração de emprego e renda, tendo toda sua elaboração voltada para uma visão empresarial de desenvolvimento. O candidato reafirma que somente com o empreendedorismo, Juiz de Fora poderá alavancar sua atividade turística nos moldes de outras grandes cidades brasileiras.

3.6 VICTORIA MELLO – PSTU

Victoria de Mello concorreu à prefeitura pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Victoria não apresenta em seu plano de governo nenhuma proposta direta para a potencialização do turismo em Juiz de Fora. Todo programa de governo de sua chapa, está voltado para a estatização de todos os serviços públicos. A candidata não menciona em seu plano como seria feito um eventual processo de estatização da atividade turística e nem como o município faria para gerir eventuais gastos com a manutenção dos locais turísticos.

3.7 WILSON REZENDE – PSB

O plano de governo publicado no TSE de Wilson Rezende Franco, candidato à Prefeitura de Juiz de Fora pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com a coligação “A Mudança está em suas mãos”, apresentando propostas com forte interferência da instância municipal em ações como de apoio a manifestações culturais, ao afirmar que pretende disponibilizar o maior número de espaços possíveis para atividades culturais, de esporte e lazer e apresentar um projeto de realização do carnaval, porém o candidato não cita nenhuma proposta para o turismo. Durante a campanha é divulgado um novo plano de ações onde se apresenta propostas diretas para o setor turístico.

Dado o instrumento de análise da pesquisa, o plano de governo divulgado pelo TSE, o candidato corresponde ao terceiro modelo de análise, não mencionando sequer uma ação indireta no que concerne a atividade turística.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

A seguir temos a disposição exemplificada da posição dos candidatos que concorreram à prefeitura de Juiz de Fora conforme os modelos apresentados anteriormente. Podemos identificar que temos candidatos que em momento algum citaram o Turismo, como Maria Ângela e Wilson Rezende, e outra que não citou diretamente, porém se aproxima de um modelo público de gestão. Em contrapartida, temos Lafayette que explana em seu plano de governo um modelo de turismo voltado ao setor privado e fortalecimento das empresas turísticas. Noraldino também trabalha com o modelo privado, porém acredita que o setor público também seja importante para a melhoria do setor Turístico de Juiz de Fora. Já Bruno Siqueira trabalha com o fortalecimento do setor público não descartando parcerias com empresas privadas. A questão curiosa ficou por conta

da candidata Margarida Salomão que trabalha com ambos os modelos (público e privado) e muito pouco falou do Turismo em si.

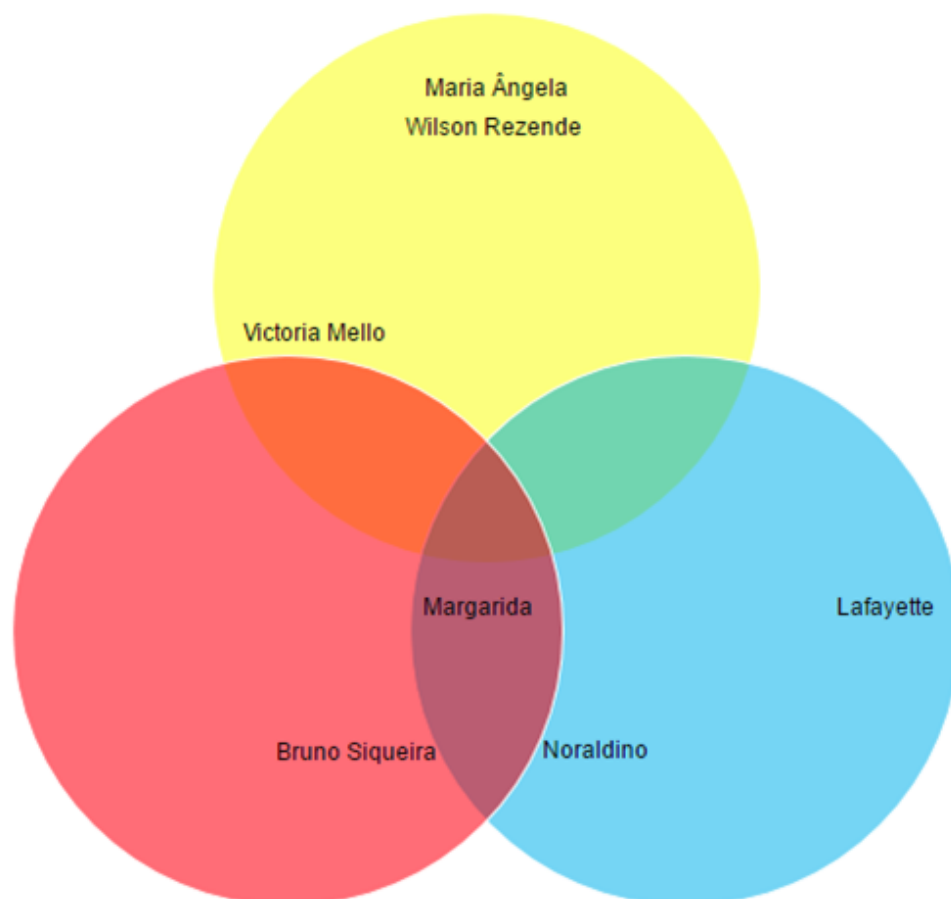


Figura 1. Posicionamento dos candidatos.

Fonte: Autores.

Legenda:

Modelo 1 - Privado

Modelo 2 - Público

Modelo 3 - Não cita o Turismo em nenhuma esfera

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da gestão pública e a definição de políticas públicas para o setor é

recente na atividade turística e complexo por perpassar por diversas dificuldades como a ausência de interesse da administração pública e a falta de articulação entre os diversos setores pelos quais se desdobra o turismo e consequentemente geram os problemas principais enfrentados pelos órgãos públicos de turismo já citados, como estrutura burocrática escassa, falta de investimentos, insuficiência de ações e planejamento, entre outros. Todos esses impasses foram observados ao estudar os planos de ações dos candidatos a prefeitura de Juiz de Fora.

Os candidatos apresentaram propostas bastante díspares, como por exemplo, o candidato Lafayette Andrada que posicionou-se totalmente a favor do modelo privado, por meio de propostas claras e bem definidas, diferente dos candidatos Wilson Rezende e Maria Ângela que não apresentaram ações que sequer perpassam pelo setor do turismo, os candidatos Bruno Siqueira e Margarida Salomão posicionaram-se no meio termo, apresentando propostas de responsabilidades das esferas pública e privada.

Diante da análise apresentada, comprovaram-se os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos sobre a gestão pública do turismo no Brasil de que o turismo é um tema limitadamente tratado como pauta de interesse público. A ausência de propostas concretas para o turismo nos planos dos candidatos impossibilitou uma análise efetiva do posicionamento dos mesmos por meio da metodologia proposta.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a continuidade de pesquisas sobre a atuação do setor público do turismo na cidade de Juiz de Fora, bem como para o fortalecimento da atividade turística no município.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mario. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006

DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/47333/candidatos>> Acesso em 21 de outubro de 2016.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **PLANO NACIONAL DO TURISMO - Diretrizes, Metas e Programas 2003 - 2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 48 p.

MOESCH, Marutschka. A produção do saber turístico. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. 2ª ed. São Paulo: ROCA, 2001.

Organização Mundial do Turismo. (2001). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. 2016. Disponível em: <<https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

PIMENTEL, M. P. C.. **A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil, de 1930 a 2010**. In: Thiago Duarte Pimentel; Magnus Luiz Emmendoerfer; Edegar Luis Tomazzonni. (Org.). Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. 1ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.